

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico nº 044/2024 – NLC/PRES.

Objeto: Contratação, sob demanda, por menor preço, de empresa especializada, com vista à prestação de forma continuada, de serviços de locação de veículos de passeio (hatch e executivo) e utilitários (pequeno e médio porte) com motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (lavador de veículos), manutenção preventiva e corretiva, seguro total e contra terceiros, mobilização e desmobilização de veículos, com quilometragem livre, sem combustível, às expensas da empresa contratada, para a NOVACAP, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Pregão Eletrônico nº 044/2024 – NLC/PRES. teve seu edital publicado em 21 de janeiro de 2025, com a abertura do certame prevista para 04 de fevereiro de 2025, às 9 horas.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 161620012.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio da Manifestação 1832 (161633642)

Questionamentos	Respostas
1. Faturamento	

O edital em referência tem por objeto a locação e o serviço de condução de veículos. Em consequência, diante da diversidade entre os serviços objeto do futuro contrato (locação e fornecimento de mão de obra), o faturamento que será realizado pela licitante vencedora/contratada deverá observar as particularidades legais aplicáveis a cada um dos grupos de serviços, a fim de atender à legislação a respeito do tema.

Neste contexto, destacamos a Lei Complementar 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, estabelecendo um rol de atividades sujeitas à sua tributação. Com efeito, no presente caso, como o fornecimento de motorista enquadra-se no subitem 17.05 da LC 116/03 (fornecimento de mão de obra), essa atividade caracteriza-se como fato gerador da tributação mencionada, sujeitando-se à incidência do ISS na alíquota máxima de 5% (cinco por cento), podendo cada município optar por cobrar a alíquota mínima de 2% (dois por cento) ou até o limite de 5% (cinco por cento).

Subitem da lista de serviços (LC 116/03):

17.05. Descrição do Item da Lista de Serviços: Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviços.

Por outro lado, a atividade de locação de veículos não constitui fato gerador do ISS, por não estar elencada dentre os serviços sujeitos à incidência do ISS na lista da Lei Complementar 116/2003, o que foi confirmado através da Súmula Vinculante nº 31 do Supremo Tribunal Federal (STF), que tratou da inconstitucionalidade da incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis. Não havendo incidência de ISS sobre a locação de veículos, essa atividade é dispensada de emissão de Nota Fiscal.

Em que pese as circunstâncias expostas, o edital não traz previsão de tratamento tributário diferenciado para cada uma das atividades objeto do futuro contrato. Desta forma, visando garantir a isonomia do certame e adequar o edital à legislação aplicável ao tema, questiona-se:

a. A contratada poderá emitir documentos de cobrança de forma segregada, ou seja: a cobrança de locação de veículos através de recibo de locação; e a cobrança do fornecimento de mão de obra de motoristas através de nota fiscal de serviços?

Poderá a licitante vencedora emitir o recibo, contudo, preferencialmente Nota Fiscal, com a isenção de tributos de ISS, com base na legislação legal, relativo a locação de veículos, e Nota Fiscal, com incidência de ISS, relativo a prestação de serviços relativos a fornecimento de mão de obra.

<p>b. Caso a resposta “a” seja positiva, entendemos que, durante a contratação, a medição e a cobrança dos serviços deverão ser realizadas mensalmente de forma separada, identificando-se o valor referente à locação dos veículos (sem incidência do ISS) e à prestação dos serviços dos motoristas (com incidência do ISS). Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>A mediação poderá ser feita de forma única e/ou em separado, contudo, caso opte a licitante contratada emitir recibo/nota fiscal separadas conforme mencionado na resposta do item A.</p>
<p>c. Caso a resposta “b” seja positiva, entendemos que o edital também deverá ser ajustado para esclarecer que as licitantes deverão apresentar propostas com a discriminação em separado do preço relativo a cada um dos serviços, ou seja, locação de veículos e fornecimento de motoristas. Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>Não há necessidade de retificação do Edital, pois o questionamento já consta do Anexo VII do Termo de Referência.</p>
<p>d. Caso as respostas “a” e/ou “b” acima sejam negativas, entendemos que as futuras contratadas deverão emitir um documento fiscal único englobando o valor mensal total dos serviços de locação e fornecimento dos motoristas, com a alíquota de ISS incidindo sobre o valor total do documento fiscal, sendo vedado procedimento diverso. Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>Caso a licitante contratada opte por emitir uma única Nota Fiscal englobando todos os serviços (locação e mão de obra) com incidência de ISS, não haverá oposição da contratante.</p>

2 - Horas Extras

<p>Em caso de necessidade de realização de jornada extra pelos motoristas, impõe-se registrar que a contratada deverá atender às necessidades operacionais da contratante de acordo com sua solicitação. Destarte, se houver trabalho em jornada extraordinária, a contratada deverá observar as previsões legais e convencionais cabíveis para uma correta remuneração.</p> <p>Neste contexto, os motoristas serão disponibilizados para atender às necessidades da contratante, conforme a solicitação de jornada. Portanto, cada respectiva solicitação de serviço em hora extra deverá ser ressarcida à contratada, observando-se o adicional de hora extra aplicável ao caso.</p> <p>Caso haja necessidade de labor extraordinário pelos motoristas, a contratada deverá cumprir a legislação aplicável e remunerá-los com o acréscimo devido pelas horas trabalhadas. Em contrapartida, a contratante deverá efetuar o pagamento devido para evitar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Não há dúvida de que todas as condições relacionadas à contratação devem ser previamente estabelecidas para que as licitantes elaborem suas propostas corretamente e em condições de igualdade. Nesse sentido, questiona-se:</p> <p>a) Entendemos que, se os condutores trabalharem em labor extraordinário por solicitação da contratante, serão remunerados de acordo com a legislação (inclusive as normas previstas em acordo e/ou convenções coletivas), e a contratada deverá ser ressarcida integralmente pelo adicional legal pelas horas trabalhadas. Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>Conforme item 14.28 do Termo de Referência, a contratada deverá suportar até 24 (vinte e quatro) horas extras mensais, caso, haja necessidades operacionais da Companhia, conforme Item 14.29 do TR.</p> <p>Caso haja previsão de banco de horas na Convenção Coletiva de Trabalho de banco de horas, poderá ser aplicado pela licitante vencedora, devendo ser substituído o empregado folgente.</p> <p>Eventuais horas extras excedentes as previstas no item 14.29 do Termo de Referência e não aplicáveis a banco de horas deverão ser encaminhadas via planilha mensalmente ao executor de contrato, para atesto pelos demandantes, e posterior pagamento.</p> <p>Para o ressarcimento de horas extras, deverá a licitante contratada, comprovar que não há previsão em CCT de banco de horas.</p>
<p>b) Como será o procedimento para reembolso?</p>	<p>Conforme descrito na resposta contida no item anterior.</p>

<p>c) A Contratante possui uma estimativa de horas extras por mês?</p>	<p>Para os postos de trabalho previstos nos Lotes I e III, até 24 (horas) mensais, deverão ser suportadas pela contratada, conforme especificado no Termo de Referência.</p> <p>Eventuais horas que excedam as 24h (vinte e quatro) horas mensais, desde que devidamente autorizadas sua execução pelo Executor do Contrato e justificadas pelo demandante, serão suportadas pela NOVACAP, com base no fato gerador de custos adicionais.</p> <p>Nota-se que, somente horas extras que extrapolarem as 24h previstas na franquía, serão ressarcidas, devendo ser pagas em separado, por meio de Nota Fiscal própria, com comprovação, pela licitante contratada, de pagamento aos colaboradores.</p> <p>A estimativa de horas extras mensais para motoristas de veículos leves é de até 24h (vinte e quatro) horas mês, já para motorista executivo é de até 30 horas mês, devendo neste caso ser promovido pela licitante contratada, o rodízio de motoristas, haja visto que apenas alguns poderão ser usados para realização de extras, de modo a se evitar excedente de horas extras.</p>
<p>3 - Despesas Variáveis – Pedágio</p>	
<p>a) Há previsão de utilização de pedágio?</p> <p>b) Caso a resposta acima seja positiva, está correto o nosso entendimento que todos os custos serão de responsabilidade da Contratante?</p> <p>c) Caso seja de responsabilidade da Contratada, está correto o nosso entendimento que será reembolsado?</p> <p>d) Qual o quantitativo mensal previsto de utilização de pedágio?</p>	<p>Não há previsão para custeio pela licitante contratada de pedágios.</p> <p>Caso haja necessidade de trânsito em regiões que existam praças de pedágio, estes serão suportados pela contratante.</p>

3.2. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao questionamento ficará disponível e será divulgado nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 30/01/2025, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=161804444)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=161804444)
verificador= **161804444** código CRC= **32D7CECD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00020210/2024-60

Doc. SEI/GDF 161804444